



**BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

**Companhia Aberta**

**NIRE 2330001932-6**

**CNPJ nº. 69.720.910/0001-45**

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2008**


- 1. Data, Hora e Local:** Dia 10 de junho de 2008, às 10:00 horas, na sede social da Bic Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), situada à Rua Canuto Aguiar, 1.220, Sala A, na Capital do Estado do Ceará.
- 2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em conformidade com o disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme alterada, em razão de estarem presentes os acionistas da Bic Arrendamento Mercantil S.A. representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença dos Acionistas".
- 3. Mesa:** Presidida pelo Sr. José Bezerra de Menezes e Secretariada pelo Sr. José Adauto Bezerra Júnior.
- 4. Ordem do Dia:** Exame, discussão e votação da proposta de emissão, para distribuição pública, de 15.000 (quinze mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações da Companhia, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais)
- 5. Deliberações:** Após as discussões relacionadas à matéria constante da ordem do dia, foram aprovadas pelos senhores acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, (a) a 3ª emissão de debêntures, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações da Companhia ("3ª Emissão" e as "Debêntures"), que terão as seguintes características e condições: **1. Quantidade Total de Debêntures:** até 15.000 (quinze mil); **2. Valor Nominal Unitário:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão; **3. Valor Total da Emissão:** até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na data de emissão; **4. Lote Suplementar e Quantidade Adicional:** a Companhia poderá elevar o montante da Emissão em até 20% (vinte por cento) conforme disposto no §2º do artigo 14 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400"). Adicionalmente, será facultada às instituições intermediárias da Emissão a distribuição de lote suplementar de Debêntures nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, de até 15% (quinze por cento) do valor total da Emissão. O Conselho de Administração da Companhia deverá ratificar as decisões de elevação do montante da Emissão, seja por meio do Lote Suplementar ou Quantidade Adicional; **5. Número de Séries:** única; **6. Forma,**

300000

**Conversibilidade e Espécie:** nominativas-escriturais, não conversíveis em ações da Companhia e da espécie subordinada; **7. Data de Emissão:** 1º de julho de 2008 ("Data de Emissão"); **8. Prazo:** 2 (dois) anos, contados a partir da Data de Emissão; **9. Data de Vencimento:** 1º de julho de 2010; **10. Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração calculada nos termos do item 11 abaixo, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; **11. Remuneração:** As debêntures farão jus a uma remuneração de  $[\bullet]\%$  ( $[\bullet]$  por cento) das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – "Over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos. A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a data de emissão, ou a data de vencimento do último período de capitalização, até a data do seu efetivo pagamento, quando será encerrado o período de remuneração; **12. Periodicidade de Pagamento:** A Remuneração será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o pagamento da Remuneração realizado no dia 1º dos meses de julho e janeiro de cada ano (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento de Remuneração"). A primeira Data de Pagamento de Remuneração será o dia 1º de janeiro de 2009 e a última será a Data de Vencimento; **13. Amortização Programada:** não haverá amortização programada do Valor Nominal Unitário das Debêntures, o qual será integralmente pago na Data de Vencimento, acrescido da Remuneração; **14. Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo até a Data de Vencimento, adquirir debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de emissão até a data do efetivo pagamento, observado o disposto no § 2º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. Nesta hipótese, as debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia ou ser novamente colocadas no mercado. **15. Resgate Antecipado:** não haverá resgate antecipado das Debêntures. **16. Colocação e Negociação:** as Debêntures serão registradas (i) para colocação no mercado primário, no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), operacionalizado pela CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário, no Sistema Nacional de Debêntures ("SND") operacionalizado pela CETIP. **17. Plano de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de colocação, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador"), que fará esforço de venda exclusivamente perante ao público em geral, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos ("Oferta"). A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Debêntures, limitada a colocação mínima de 10.000 (dez mil) Debêntures, equivalentes à R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ("Montante Mínimo"), sendo que as Debêntures que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Companhia. O Coordenador não será responsável pela subscrição e integralização das Debêntures que não sejam subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta. Os interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Debêntures, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (a) da totalidade das Debêntures ofertadas ou (b) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução da CVM n.º 400/03. Na hipótese de não atendimento das condições referidas nos subitens (a) ou (b) acima,

UNIFAC

ou na hipótese de não colocação do Montante Mínimo, conforme o caso, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão do Coordenador os montantes utilizados na integralização de Debêntures, no prazo a ser indicado no anúncio de início da Oferta, deduzidos dos encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração ou atualização pela Companhia aos referidos investidores. **17. Vencimento Antecipado:** serão considerados eventos de vencimento antecipado das Debêntures as seguintes ocorrências: (a) falta de pagamento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados de seu vencimento; (b) descumprimento, pela Companhia ou de sua controladora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 20 (vinte) dias da comunicação do referido descumprimento: (a) pela Companhia ao agente fiduciário, ou (b) pelo agente fiduciário ou por qualquer terceiro à Companhia, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico; (c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nos documentos relacionados à Emissão; (d) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido ou decretação de intervenção administrativa ou liquidação extrajudicial pelo Banco Central do Brasil, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia, ou de qualquer de seus acionistas controladores; (e) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações a serem estabelecidas na Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (f) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (g) não cumprimento de qualquer decisão final e irrecorrível contra a Emissora ou qualquer de seus acionistas controladores, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia, o que for maior, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento; (h) realização de redução de capital social da Companhia com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures; (i) inadimplemento ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Companhia ou qualquer de seus acionistas controladores, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia, o que for maior; (j) protesto de títulos contra a Companhia ou qualquer de seus acionistas controladores em valor individual ou agregado superior a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia, o que for maior, por cujo pagamento à Emissora ou qualquer de acionistas controladores seja responsável, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo; (k) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para este fim; (l) alteração no controle acionário, direto ou indireto, da Companhia, sem que tenha sido previamente aprovada pelos



UNB

Debenturistas reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim; (m) ocorrência de incorporação da Companhia por quaisquer terceiros, e/ou realização pela Companhia, de fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que não tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim ;

(b) autorizar a Diretoria a praticar todo e qualquer ato necessário à emissão das debêntures submetida à aprovação dos acionistas, inclusive: (i) celebrar escritura de emissão, de acordo com as condições a serem determinadas nesta assembléia e outras que os administradores entendam necessárias; (ii) contratar agente fiduciário, banco mandatário e escriturador das debêntures, fixando-lhes honorários; (iii) contratar agência de classificação de risco; (iv) contratar a **HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.064, 2º andar, inscrita no C.N.P.J./MF sob n.º 58.229.246/0001-10, como coordenador da emissão para intermediar a colocação pública das debêntures, podendo, para tanto, celebrar o respectivo contrato de distribuição, ajustando cláusulas e condições, bem como fixar-lhe remuneração; e

(c) o cancelamento do eventual saldo não subscrito das debêntures, observado o § 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, antes do final do prazo da distribuição pública, mediante aditamento da respectiva escritura de emissão.

**6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Fortaleza, 10 de junho de 2008. (aa) José Bezerra de Menezes - Presidente; José Adauto Bezerra Júnior – Secretário; Acionistas: Banco Industrial e Comercial S.A. – p. José Bezerra de Menezes e José Adauto Bezerra Júnior.

Confere com a original

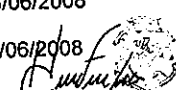
lavrada em livro próprio

  
José Bezerra de Menezes

Presidente

  
José Adauto Bezerra Júnior

Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE	
CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/06/2008	
SOB Nº: 20080533051	
Protocolo: 08/053305-1, DE 19/06/2008	
Empresa: 23 3 0001932 6	
BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S A	HAROLDO FERNANDES MOREIRA
	SECRETARIO-GERAL